

Arthur Valle
Camila Dazzi
Isabel Portella

Oitocentos

TOMO III

Intercâmbios Culturais entre Brasil e Portugal

2ª Edição

Rio de Janeiro
CEFET/RJ
2014



2014

Realização da Publicação

CEFET/RJ

UFRRJ

Museu da República/RJ

Organização

Arthur Valle

Camila Dazzi

Isabel Portella

Projeto Gráfico

Camila Dazzi

Revisão e Editoração

Smirna Cavalheiro/ComTexto

Editoras

CEFET/RJ

DezenoveVinte

Correio eletrônico

dezenovevinte@yahoo.com.br

Meio eletrônico

A presente publicação reúne os textos de comunicações apresentadas de forma mais sucinta no III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do Século XIX. Os textos aqui contidos não refletem necessariamente a opinião ou a concordância dos organizadores, sendo o conteúdo e a veracidade dos mesmos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

700
O39

Oitocentos - Tomo III : Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. 2ª.
Edição / Arthur Valle, Camila Dazzi, Isabel Portella (organizadores).– Rio de
Janeiro: CEFET/RJ, 2014. Il.
600 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7068-010-5

1. Arte. 2. Arte – Brasil. 3. Arte – Portugal. 4. Arte – História. I. Valle,
Arthur. II. Dazzi, Camila. III. Portella, Isabel. IV. Título.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7068-010-5



9 788570 680105



9. Os Artistas Militares do Rio Grande

Cláudia Elisa Bussinger¹



U final do século XVIII e início do século XIX foram anos de grande importância na definição das fronteiras meridionais entre os territórios sob domínio português e espanhol no continente americano. Foi nesse contexto que os arquitetos militares portugueses, ou a serviço de Portugal, se destacaram: na cartografia, para auxiliar na demarcação dos limites entre as duas coroas; na arquitetura militar, civil e religiosa; bem como no traçado urbano das Vilas que eram estabelecidas com vistas à efetiva colonização do território.

Sua formação nas aulas de fortificação e arquitetura militar em Portugal e o conhecimento dos principais tratados portugueses de arquitetura militar e fortificação da época permitiu uma rica e altamente qualificada produção técnica e artística. A manifestação da influência desses tratados, em especial “o Methodo Lusitanico”, de Luis Serrao Pimentel, e “O Engenheiro Português”, de Manuel de Azevedo Fortes, pode ser fortemente percebida na obra desses profissionais.

A Vila do Rio Grande de São Pedro, localizada junto ao mar e acessada por via marítima pela Barra de mesmo nome, ocupou posição de destaque no plano estratégico português de defesa contra os espanhóis e foi, portanto, palco para a atuação desses profissionais. Dentre os que ali atuaram, sobressaíram alguns nomes como o do fundador do presídio que deu origem à Vila, o brigadeiro José da Silva Paes, e outros como José Custódio de Sá e Faria, o general Jacques Funck e o ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro José Correia Rangel.

Por que artistas?

A literatura os chamou de “engenheiros militares”, porém, a julgar pela sua obra e formação, deveriam ser chamados *arquitetos militares*. O termo

¹ Universidade Federal de Pelotas.

“engenheiro” era usado de forma diferente dos dias atuais, para designar uma “pessoa com habilidades”, “engenhosa”. E somente após a Revolução Industrial a profissão de engenheiro se configurou nos moldes como a conhecemos atualmente. Portanto, levando em consideração o caráter de sua obra, preferimos chamá-los de *artistas*, pois, como afirmou Ruskin, “a Arquitetura é a mãe das artes”².

Por que militares?

Durante esse período em que a manutenção do domínio sobre as colônias conquistadas era uma prioridade para a coroa portuguesa, acentuou-se a preocupação com a formação dos oficiais militares. Essa formação os capacitava a executar trabalhos tanto de ordem técnica como artística. Portanto, diante da necessidade de profissionais com essas qualificações, eles foram os escolhidos como representantes da coroa para servir nos territórios ultramarinos.

Por que o Rio Grande?

A povoação do Rio Grande de São Pedro foi a mais antiga povoação fundada por portugueses no Estado do Rio Grande do Sul. Sua fundação esteve relacionada a um plano de ocupação, por parte dos portugueses, dos territórios localizados em região “neutra” que, segundo o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. O responsável por sua fundação foi o brigadeiro José da Silva Paes, reconhecido arquiteto militar com formação na Academia Militar em Lisboa.

Assim como ele, diversos outros profissionais foram enviados ao Brasil e, por conseguinte, ao Sul do Brasil para servirem junto às fronteiras. Durante o século XVIII e início do século XIX, esses *artistas* militares serviram à coroa portuguesa não somente no que dizia respeito à proteção das fronteiras com os territórios sob dominação espanhola, como também visando à efetiva colonização, ocupação e ordenamento do território sob seu domínio.

² RUSKIN, J. *Las siete lamparas de la Arquitectura*. Buenos Aires: El Ateneo, [s/d], p. 265.

Antecedentes históricos

Após as grandes descobertas, a partir do século XVI, seguiu-se um período de consolidação das conquistas territoriais. As metrópoles europeias investiram no preparo de suas tropas para que atuassem junto às fronteiras e territórios além-mar com o fim de garantirem a posse de suas colônias. Grandes investimentos foram feitos na formação de profissionais capacitados que dominassem as técnicas mais “modernas” utilizadas nos projetos de fortificação. Para isso, incentivou-se a vinda de renomados profissionais estrangeiros a Portugal, bem como muitos portugueses foram enviados aos principais centros de difusão do conhecimento da época.

De 1580 a 1640 Portugal esteve sob governo espanhol durante o período da União Ibérica. O rei espanhol reinava sobre Portugal e também sobre todas as colônias lusitanas além-mar, inclusive sobre sua colônia no continente americano. Essa situação política acarretou diversas consequências para a coroa portuguesa, inclusive a perda de colônias no oriente para os espanhóis.

Ao final desse período, a atenção portuguesa convergiu para sua colônia no continente americano de forma ainda não realizada. Antes da descoberta do ouro no final do século XVII, os investimentos de Portugal não tinham sido relevantes e somente depois desse acontecimento a coroa portuguesa resolveu “pôr um pouco mais de ordem em sua colônia”³. Porém, a partir do século XVIII, esta situação mudou e no período estudado já havia um grupo de profissionais qualificados e designados pela coroa portuguesa para a execução de projetos e levantamentos do território, a saber, os *arquitetos militares*.

Esta “súbita importância adquirida pelo Brasil no conceito dos portugueses” foi, segundo Weimer⁴, “a consequência mais positiva da descoberta das minas”. Com o influxo de pessoas para a exploração do interior em busca do metal precioso, as fronteiras portuguesas expandiram-se “para muito além dos limites estabelecidos

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 61-100.

⁴ WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004, p. 80.

com a Espanha”⁵. E Portugal passou a intervir de maneira mais decisiva nas terras de seu domínio na América e a estimular a colonização do interior.

Portugal resolvendo, então, expandir seus domínios sobre as terras espanholas na América até o rio da Prata, fundou uma fortaleza nas margens do referido rio, defronte de Buenos Aires no ano de 1680. O nome dado a ela foi Colônia do Santíssimo Sacramento e a necessidade de garantir sua proteção tornou-se uma das razões para a posterior ocupação das terras sulinas pelos portugueses.

Contexto histórico

- Europa

Durante o século XVIII, com a difusão dos ideais iluministas e o fortalecimento do Estado absolutista na Europa, torna-se primordial o controle sobre os territórios colonizados. Com o aperfeiçoamento das práticas para demarcação do território e do desenho das “plantas militares”, os arquitetos militares tornaram-se extremamente importantes como executores da política governamental, não somente em Portugal, mas em todas as metrópoles europeias. Nesse período foram assinados os famosos Tratados de Limites que se basearam nos levantamentos realizados pelas expedições científico-demarcatórias levadas a cabo por esses profissionais.

- Brasil

A escassez de alimentos nas regiões mineradoras devido à proibição pela coroa portuguesa de se realizar, no local, qualquer atividade diferente da mineração, levou à necessidade de buscar uma alternativa para o abastecimento dessas regiões. Primeiramente, a carne vinda das criações de gado dos arredores do vale do rio São Francisco supriu essa necessidade, mas, ao longo do tempo, mostrou-se insuficiente e a situação carecia de uma nova solução.

⁵ Idem.

A notícia de que havia abundância de gado nas pradarias do sul, introduzido pelos jesuítas nas suas reduções indígenas, trouxe uma nova perspectiva na questão. E aguçou ainda mais o desejo de os portugueses ocuparem aqueles territórios a fim de que se pudesse fazer uso da carne para consumo nas regiões mineradoras. “Em 1720, partiu então a ordem para que habitantes de Laguna, que pelo Tratado de Tordesilhas representava o extremo sul do território sob domínio português, se dirigissem para a região entre Laguna e o Rio da Prata”⁶.

Em seu livro *Novas Vilas para o Brasil-colônia*, Roberta Marx Delson aborda a questão do planejamento urbano português na colônia como sendo parte de um programa político mais abrangente para garantir o controle sobre os territórios sob seu domínio. Além de manter o controle sobre as regiões já ocupadas através do sistema de capitanias e doação de sesmarias, a metrópole visava a avançar rumo aos territórios espanhóis a fim de garantir a posse pelo princípio do *uti possidetis*. “(...) se os lusitanos ‘ocupassem efetivamente’ as terras reclamadas pela Espanha, no final das contas poderiam assegurar essas regiões para si”⁷.

Enquanto os lagunenses ocuparam as margens do rio Jacuí e do Guaíba (1740), “o antigo governador das Minas Gerais que fora promovido a governador geral do Brasil, Gomes Freire de Andrada, decidiu (mediante ordem real) ocupar a foz do Rio Grande, como era conhecida a saída da lagoa dos Patos, em 1734”⁸, dando assim início à efetiva ocupação do atual território do Rio Grande do Sul pelos portugueses e à fundação da Vila do Rio Grande de São Pedro.

- *Rio Grande*

A povoação do Rio Grande de São Pedro teve seu início oficialmente no dia 19 de fevereiro de 1737, com a fundação do Forte e Presídio Jesus Maria José. O comandante da expedição, o brigadeiro José da Silva Paes, tinha como parte de sua missão, conferida pela coroa, fundar um núcleo populacional naquela localidade. Além disso, ele tinha mais duas missões: reconquistar a Colônia do Sacramento e

⁶ RHODEN, Luís Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*: origens e evolução. Porto Alegre: Edipucrs, 1999, p. 10.

⁷ DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 9.

⁸ WEIMER, op. cit., p. 94.

expulsar os espanhóis de Montevideu. Esta ordem foi enviada por meio de carta régia⁹ e recebida pelo então governador da província do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade.

No entanto, a chegada de Silva Paes foi precedida por terra pelo “experimentado puxador de gado Cristóvão Pereira de Abreu”, o qual recebeu ordens do governador de São Paulo para ocupar as margens do canal da Laguna dos Patos. Abreu, que deveria prestar “apoio logístico ao militar” (...) “com um corpo de 160 mamelucos”¹⁰, foi, segundo alguns autores, o verdadeiro fundador da Vila do Rio Grande, tendo chegado por terra alguns meses antes de Silva Paes (setembro de 1736).

Pelo que se verificou nos planos e mapas da época e nas descrições feitas da Vila do Rio Grande de São Pedro, mais especificamente da chamada povoação do Porto, no início ela se caracterizava como uma aldeia-rua, onde as edificações se distribuíam ao longo de uma única via. Baseado em um desenho da época [Figura 9.1], Weimer descreveu a povoação do Rio Grande.

*(...) junto ao forte, havia um conjunto de algumas choupanas denominado de “quartel dos índios”, separado de um povoado construído ao longo de uma só rua que acompanhava a sinuosidade da praia, começando no trapiche do porto e se estendendo até terminar “nas macegas”. Em lugar de destaque, estava implantada a igreja em um alargamento fronteiro. (...)*¹¹

A formação

- *Tratados de arquitetura militar*

Na formação desses profissionais, destacaram-se obras de cunho teórico que foram sua fonte de consulta bem como material didático nos cursos de formação: os tratados de arquitetura militar portugueses. Esses, por sua vez, sofreram influência dos modelos desenvolvidos em outras nações como Holanda, Itália e França desde o século XVI. Essa influência teve origem no intercâmbio de

⁹ COLEÇÃO de documentos sobre o brigadeiro José da Silva Paes. **Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 109-112, 1949.

¹⁰ WEIMER, op. cit.

¹¹ WEIMER, op. cit., p. 96.

profissionais entre essas nações, patrocinados e incentivados pela coroa portuguesa¹². No entanto, esse conhecimento adquirido foi aperfeiçoado e acrescido de inovações pelos portugueses que o adaptaram à sua realidade.

- *Século XVI*

No século XVI, os tratados e desenhos de Francisco de Hollanda, publicados entre 1549 e 1571, foram obras de referência. Hollanda esteve na Itália onde teve contato com o que havia de mais recente em termos de produção artística e arquitetônica e trouxe essas experiências para Portugal. Também “o tratado manuscrito de um (...) autor anônimo”¹³, datado de aproximadamente 1576-1579 serviu de inspiração para os portugueses. O autor, provavelmente o “mestre-mor das fortificações” à época, Antonio Rodrigues, demonstrou ter recebido influência dos tratados de Serlio e Vitruvio e outros de origem italiana.

- *Século XVII*

O “*Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras Obras pertencentes a Architectura Militar(...)*”, tratado de Luís Serrão Pimentel datado de 1680, destacou-se pela grande difusão que alcançou entre os militares portugueses. Esse tratado, cujo autor era lente da “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” de Lisboa, foi escrito com o fim de servir como manual aos demais profissionais. A maior contribuição para a compilação desse tratado foi holandesa e não mais italiana. Embora os próprios holandeses tivessem “bebido da fonte” da tratadística italiana também.

- *Séculos XVIII e XIX*

Um dos principais manuais de arquitetura militar foi concebido na primeira metade do século XVIII por Manoel de Azevedo Fortes. *O Engenheiro Portuguez*

¹² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Os tratados de arquitetura militar: fontes essenciais para o estudo do “urbanismo” e da iconografia dos engenheiros militares do século XVIII. Comunicação: **3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Tema 2: Idéias e Teorias Urbanísticas: Ressonâncias entre a Europa e as Américas. São Carlos: EESC-USP/ANPUR/CNPq, 1994, p. 3.

¹³ BUENO, op. cit., p. 3.

publicado em dois tomos serviu de embasamento para a obra dos profissionais portugueses durante todo o século XVIII e início do século XIX. “O autor relaciona e descreve todos instrumentos e procedimentos necessários para realizar levantamentos e demarcar terrenos de grande extensão, bem como aqueles necessários para o desenho das ‘plantas militares’”¹⁴. O próprio autor adverte quanto a especificidade desse tipo de desenho, afirmando textualmente que o desenho das “plantas militares” diferia do desenho da pintura e da miniatura, com regras e conveções próprias.

Esse manual instituiu padrões para a elaboração das plantas, estabeleceu códigos de cor, espessura e até mesmo a saturação das aguadas a serem aplicadas nos desenhos. Cada aluno era ensinado com base nesse manual e levava para sua vida profissional os mesmo padrões, daí a aparente semelhança muitas vezes encontrada em plantas elaboradas por profissionais distintos. O “engenheiro” que recebera esta formação, e não mais o cosmógrafo, passou a ser quem realizava os “levantamentos geográficos, corográficos e topográficos” e também os “panoramas, vistas e plantas das cidades e edifícios”¹⁵.

A influência predominante na elaboração do *Manual de Fortes* passou a ser a francesa e não mais a holandesa, a julgar pelas referências aos tratados franceses de arquitetura militar que figuraram em seu trabalho. Os métodos dos principais “engenheiros” de seu tempo, Monsieur Vauban, Antoine de Ville e Conde de Pagan, foram aperfeiçoados por ele e adaptados às condições encontradas pelos portugueses nos territórios sob seu domínio.

Em suma, constatou-se que durante o século XVI a fonte de referência eram os tratados italianos, que deram lugar aos holandeses no século XVII e, por fim, aos franceses nos séculos XVIII e XIX.

- *Escolas*

O pioneirismo português no campo do ensino militar evidenciou-se na fundação da “Academia de Matematicas y Architectura”, no Paço da Ribeira, aproximadamente no ano de 1572. O objetivo da Academia era a instrução dos

¹⁴ BUENO, op. cit., p. 4.

¹⁵ BUENO, op. cit., p. 5.

“moços fidalgos” nos conhecimentos de matemática, aplicados à geometria, astronomia, música e náutica. Pedro Nunes, cosmógrafo-mor do reino, seu fundador, foi auxiliado por Antonio Rodrigues, o “mestre-mor das fortificações”.

Em 1594, quando o rei espanhol (que na época também reinava sobre Portugal) ordenou a fundação da “Aula de Arquitetura do Paço da Ribeira”, cuja fama se espalhou por toda a Europa e terras além-mar, tratou-se na realidade de uma continuação daquela fundada anos antes por iniciativa portuguesa.

Já no ano de 1647, essa mesma instituição foi reformulada e passou a chamar-se “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar”, cujo primeiro lente foi Luís Serrão de Pimentel, cosmógrafo-mor e engenheiro-mor do Reino.

Aproximadamente um século mais tarde surgiu a “Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho”, posteriormente “Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica” que, por fim, no início do século XIX, deu origem à “Real Academia Militar”.

Silva Paes

Nascido em Lisboa no ano de 1769, o português José da Silva Paes adentrou na carreira militar por volta do ano de 1700¹⁶. Coursou aulas de arquitetura militar junto à Academia Militar onde possivelmente foi aluno de Manuel de Azevedo Fortes. Era, portanto, versado em arquitetura através do estudo dos “mestres clássicos” (disciplina integrante do currículo da Academia). Destacou-se ao servir em diversas praças ainda em Portugal onde teve a oportunidade de desenvolver suas habilidades técnicas e artísticas em projetos e obras de fortificação com o posto de Ajudante de Engenheiro.

Após se destacar nos serviços prestados nas praças de Portugal, foi enviado ao Brasil. Silva Paes encontrou no Brasil grandes oportunidades de colocar em prática os conhecimentos técnicos adquiridos em Portugal¹⁷. Deixou sua marca no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nesses dois últimos inclusive como governador da capitania.

¹⁶ PIAZZA, Walter F. **O brigadeiro José da Silva Paes**. Estruturador do Brasil Meridional. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Ed. da FURG; Florianópolis: FCC Edições, 1988, p. 25.

¹⁷ WEIMER, op. cit., p. 95.

No Rio de Janeiro, foi autor de diversas obras como o primitivo projeto da fortaleza da Ilha das Cobras – junto ao Arsenal de Marinha.

Em Santa Catarina, projetou o sistema de fortificações da Ilha do Desterro (atual Florianópolis), onde foi governador da Capitania durante dez anos, no período de 1739 a 1749, sendo responsável pelo projeto e construção das principais fortalezas (Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonés e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba), além de outros edifícios como a Casa do Governo e da igreja Matriz.

Como já dito anteriormente, ao brigadeiro José da Silva Paes foi conferida pela Coroa missão tripla, conforme descreveu Weimer:

O comandante José da Silva Paes que fora encarregado de construir um sistema de fortificações para proteger a vila do Desterro, foi mandado com sua esquadra ao sul com o tríptico encargo de a) reconquistar a Colônia do Sacramento, b) expulsar o espanhóis que haviam se estabelecido em Montevideú e c) construir um forte em Rio Grande.¹⁸

Já no Sul, além de desenhar a carta topográfica de todo o terreno compreendido desde a Barra do Rio Grande de São Pedro até Castilhos Pequeno, que corre entre a costa do mar e a Lagoa Mirim (1737), foi responsável pela elaboração de plantas para a instalação da Vila do Rio Grande.

É possível que ele tenha sido o autor do projeto do forte de São Miguel também. Esse forte foi construído na extremidade sul da lagoa Mirim e encontra-se hoje em território uruguaio. Tratava-se de um forte de pequenas dimensões e de planta retangular. Uma descrição do mesmo e dos responsáveis por sua construção foi feita por Weimer¹⁹.

No lado oposto da entrada ficava a capela. À sua direita, a cozinha e o alojamento dos soldados. À esquerda, ficavam o poço, a casa da pólvora, a casa da comandância e o alojamento dos oficiais. Dadas as suas reduzidas dimensões, não foi possível construir rampas que unissem os planos superiores, de manobra dos canhões e do pátio interno. (...) o construtor deste forte foi o português Manuel Gomes Pereira (...) Depois foi substituído pelo capitão Antônio Teixeira de Carvalho e a conclusão das obras parece que ficou por conta dos castelhanos.

¹⁸ Idem.

¹⁹ WEIMER, Günter. **Arquitetura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 32-33.

Sobre Silva Paes, Reis Filho declara que além de ter projetado fortalezas, edifícios e quartéis, ele foi responsável pela elaboração de diversos mapas, dentre eles o mapa da **Figura 9.2**. Este mapa enunciava “(...) o plano de controle da entrada da Lagoa dos Patos, estabelecido por José da Silva Paes em 1737, por ordem do Governador Gomes Freire de Andrade (...)”²⁰. Sobre a importância desse mapa, Reis Filho declarou:

*(...) ser uma referência fundamental para a compreensão do modo pelo qual atuavam os mais experientes oficiais engenheiros no século XVIII, no exercício de suas responsabilidades de implantação de novas vilas e cidades na Colônia. Esse trabalho de Silva Paes nos oferece elementos para compreender os procedimentos utilizados na escolha dos sítios para fundação de novos estabelecimentos e o exame de sua posição estratégica no território. (...).*²¹

Após anos de serviço no Brasil, Silva Paes regressou a Portugal onde veio a falecer no ano de 1760, antes disso pôde colaborar com o brasileiro Alexandre de Gusmão na organização dos mapas que serviram nas discussões finais entre Espanha e Portugal acerca do Tratado de Madri para a fixação dos limites de suas terras na América do Sul.

Sá e Faria

José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar português, possuía grande talento para desenho cartográfico e um extraordinário preparo técnico, qualidades que o destacaram para ocupar o cargo de primeiro comissário da Terceira Partida Demarcadora. Como primeiro comissário uma das missões era fazer um planejamento para a Colônia do Sacramento.

O ilustre engenheiro realizou trabalhos no Sul do país, como o Forte de Nossa Senhora de Igatimi, na fronteira do Paraguai e também várias obras de caráter militar no Rio de Janeiro.

Com a invasão da Espanha em 1777, Sá e Faria foi enviado às pressas para comandar a defesa da fortificação na Ilha de Santa Catarina, já ocupada. Capturado

²⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 385.

²¹ Idem.

pelos espanhóis, desertou do exército português oferecendo serviços à coroa espanhola.

Durante o período em que trabalhou para os espanhóis tornou-se o arquiteto mais importante da região de Buenos Aires. Realizou uma verdadeira reurbanização da capital vice-reinal, assim como de Montevideu, da Colônia do Sacramento, de Maldonado entre outros. Designado como diretor de obras públicas de Buenos Aires corrigiu deficiências urbanísticas e edilícias. E veio a falecer em 1792, após intenso trabalho no Rio da Prata.

A planta de Rio Grande, apresentada na **Figura 9.3**, foi um desenho esquemático para o planejamento de um ataque às tropas espanholas, datado de 1767. Muitos a tomaram como referencial da “evolução urbana” da Vila, o que seria equivocado, segundo Weimer²².

Funck

Jacques Diogo Funck, nascido em Estocolmo, Suécia, frequentou a Academia de Estocolmo, onde recebeu o diploma de “engenheiro”. Contratado pelos portugueses, foi enviado ao Brasil onde se destacou na execução de diversos trabalhos no âmbito da arquitetura militar.

No Rio de Janeiro, ocupou o posto de “brigadeiro de Infantaria, com exercício de engenheiro”. A seguir, habilitou-se para servir a coroa portuguesa, elevando-se a “coronel engenheiro”.

No ano de 1767, juntamente com o tenente general Bohn, o então brigadeiro Funck ficou responsável por elaborar planos para melhoramentos visando ao reforço da defesa da Barra (região de acesso marítimo localizada na Vila do Rio Grande de São Pedro). Não obstante o brilhantismo do projeto, não houve aproveitamento integral na execução.

Jacques Funck elaborou numerosos trabalhos técnicos, obras estas no Rio de Janeiro e no Rio grande de São Pedro, obras de fortificação e cartográficas. O então marechal-de-campo Funck confeccionou planta da situação da Ilha de Santa Catarina e a defesa, em 1774, do Rio Grande, desde a entrada da barra até a porta de

²² WEIMER, 2004, op. cit., p. 97.

Mendanha, em 1776; Portos e passagens entre os rios Camacuam e o Rio Taquari. Foram elaboradas ao todo 14 cartas topográficas e plantas das fortificações.

A promoção a marechal-de-campo ocorreu em 1774, quando Jacques Funck foi para o Estado do Rio Grande do Sul.

Já no Rio Grande do Sul, Jacques Funck ocupou a função de Assessor de Engenharia e Artilharia do Exército do Sul. Sua contribuição ao Rio Grande foi notável, fez o levantamento em planta da barra do Rio Grande em 1776, dos fortes do Arroio, do Lagamar [**Figura 9.4**], Patrão-mor, São José da Barra, da Conceição, Santa Bárbara, Itapoá, Ilha do Governador.

Correia Rangel

O arquiteto militar Correia Rangel compõe o quadro dos mais importantes “engenheiros” com carreira militas dos séculos XVII e XIX.

Nesta época não havia regularização precisa da carreira de engenheiro militar nas forças armadas lusitanas, principalmente no além-mar. Assim, em geral, esses profissionais conservavam a sua vinculação funcional à arma de origem. Rangel iniciou a sua carreira como ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro.

Algumas escolas militares foram criadas no Rio de Janeiro no fim do século XVII, provavelmente Rangel foi aluno da Aula Militar da então capital do Brasil. Com isso obteve robusta formação recebendo conhecimentos das engenharias.

A engenharia civil originou-se da engenharia militar. Em Lisboa, as primeiras escolas politécnicas eram uma repartição do Ministério da Guerra. No Brasil, engenheiros militares e civis eram formados na Escola Central, ocorrendo a separação dessas engenharias a partir da segunda metade do século XIX.

Não há como confirmar a nacionalidade de Correia Rangel. Sabe-se, entretanto, que durante o período colonial profissionais como ele, no Brasil, somente eram promovidos até sargento-mor. Rangel ocupou este posto em 1799. Sousa Viterbo, investigador da história de Rangel, também constatou que o nome completo de Rangel era José Correia Rangel de Bulhões.

Um dos diversos feitos de Correia Rangel foi o plano topográfico do Continente do Rio Grande e da Ilha de Santa Catarina, tirado dos planos em 1781 para a instrução dos Comissários da Demarcação do Sul.

Seu trabalho manuscrito *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro* foi dividido em duas partes, sendo a primeira com fortificações e uniformes da tropa da ilha de Santa Catarina e a segunda do Rio Grande. Este documento com informações referentes aos feitos de Correia Rangel fazem parte do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, e é de suma importância para a história dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um de seus mapas localizou os fortes construídos ao longo da Barra do Rio Grande, os quais foram também levantados em planta e em vista, a exemplo do Forte de São José da Barra.

Considerações finais

Após o estudo da vida e obra dos artistas militares que atuaram no final do século XVIII para o século XIX a serviço da coroa portuguesa, descobrimos que desbravadores artistas (engenheiros) desempenharam um papel destacado na arquitetura nacional, com reflexos na história de nosso país. Especificamente alguns nomes foram mencionados, como o brigadeiro José da Silva Paes, José Custódio de Sá e Faria, general Jacques Funck e o sargento-mor engenheiro José Correia Rangel de Bulhões.

Como é possível constatar, ao findar a análise do conteúdo desta obra, os profissionais citados executaram suas tarefas nas proximidades da Vila do Rio Grande de São Pedro, localizada junto ao mar e acessada por via marítima pela barra do mesmo nome. Na barra foram estabelecidos os fortes, objetos materiais de estudo do presente trabalho. Foi visto que era uma região estratégica de defesa contra os espanhóis.

Os artistas (arquitetos) militares utilizaram meios disponíveis à época para defesa do território. Criaram fortificações e projetos estratégicos a fim de manter a unidade do Império português na América do Sul. Devido às limitações próprias do período, alguns obtiveram sucesso outros não, porém, é certo que todos deixaram um legado para a posteridade: de como atuar com excelência e profissionalismo, superando limites pessoais e temporais em prol de uma missão.

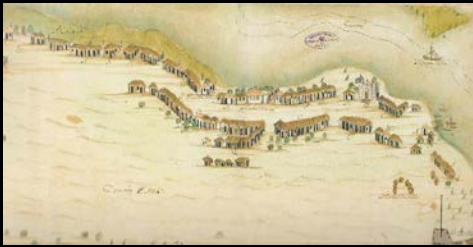


Figura 9.1 - Francisco Ferreira de Souza, *Demonstração da Villa de São Pedro do Rio Grande*, 1763 ou 1767.



Figura 9.2 - José da Silva Paes, *Desenho por Idea da Barra & Porto do Rio Grande de São Pedro*, 1737.

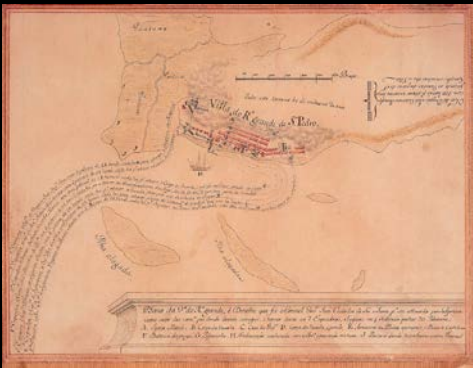


Figura 9.3 - José Custódio de Sá e Faria, *São Pedro do Rio Grande*, 1750-1760.



Figura 9.4 - Jacques Funck, *Planta do Forte do Lagamar*, 1775.